

a terra é redonda

O trabalho artístico hoje



Por JOÃO RODRIGO V. MARTINS*

A submissão do trabalho artístico aos editais reproduz a lógica da gig economy: uma autonomia ilusória que mascara a precarização, a autodisciplina e a erosão dos laços solidários

1.

Hoje para viver, sobreviver e criar como artista é preciso se inscrever em editais. Disso ninguém tem dúvidas. O edital é forma majoritária, se não exclusiva, pela qual a política pública de cultura é organizada. Diante dessa realidade, proliferam-se por todos os lados cursos e serviços especializados em escrita de projetos e gestão cultural, como se fosse a bala de prata para solução de problemas.

Mas o que esse fenômeno dos editais pode revelar do trabalho artístico? Ainda, como ele se conecta com as condições mais amplas do mundo do trabalho atual, plataformizado, uberizado e da *gig economy*?

É sabido que o trabalho no capitalismo neoliberal é caracterizado pela precariedade, informalidade, intermitência e flexibilidade, muitos pensadores/as como Ricardo Antunes, Virginia Fontes e Alfredo Saad-Filho apontam isso.

Além dessa dimensão fundamental, há uma outra em que neoliberalismo também advoga um discurso de maior espaço de “participação” dos trabalhadores, pedindo seu envolvimento com a produção, buscando se apresentar como menos hierárquico, mais colaborativo, com um trabalho com maior “autonomia”, “flexibilidade” e “liberdade”, expressas em ideias de que o próprio trabalhador faz seus horários, de que escolhe quando trabalhar e que pode ganhar mais se trabalhar mais.

Nesse processo, muito presente no trabalho plataformizado, o patrão se torna impessoal, despersonalizado e o trabalhador se autodisciplina, exerce um poder de controle sobre si mesmo e seu autoresponsabiliza cada vez mais.

O trabalho artístico via editais não foge a essa regra, pois é profundamente precário, flexível e intermitente. Os artistas precisam apostar em um jogo concorrencial para ser contemplado, já que é comum um projeto artístico se encerrar por falta de meios para manutenção e execução. Nessa lógica, a incerteza, insegurança e intensificação do trabalho estão presentes.

2.

A gestão por metas é uma das características comuns que se assenta tanto do trabalho artístico quanto do plataformizado, funcionando no estabelecimento de metas pelo próprio trabalhador. Seja em cima de uma moto, num *call center* ou na elaboração de um projeto cultural, o profissional é convidado a participar ativamente da definição de suas próprias metas, dentro de algumas já determinadas pela relação de trabalho.

a terra é redonda

Ao estabelecer essa dinâmica o trabalhador não o faz por vontade própria, mas por um cálculo de sua remuneração e do trabalho que precisa ser entregue. Isso confere aparência de “liberdade” e “autonomia”, embora o que se veja é intensificação do trabalho, extensão da jornada, competição, forte disciplinamento para aumento de produtividade, imposição de metas inalcançáveis, polivalência, fim do tempo de descanso, entre outras.

E tudo isso ocorre sem qualquer contrapartida ou compromisso por parte dos contratantes ou corporações para melhorar as condições de trabalho, como a limitação da jornada ou o controle do ritmo de produção.

Cria-se um mecanismo de sujeição nos quais os trabalhadores se tornam autocontroladores de sua produção, gestores de si mesmos, mensuradas por instrumentos sofisticados, de técnicas de avaliação objetivas e subjetivas, em uma espécie de governo a distância. Além disso os artistas se tornam responsáveis por todos problemas encontrados no cotidiano do trabalho: prazos, dificuldade na criação, diálogo com público, custos materiais adicionais, entre outros.

Dessa forma, a autodisciplina torna-se um pilar fundamental para o capital, seja na produção de valor econômico ou simbólico. Na transição do modelo fordista, com sua vigilância hierárquica direta, para a lógica de autonomia controlada, vigia-se pelos resultados, por meio do controle rígido de metas. Esse poder gerencial mobiliza a subjetividade do trabalhador, canalizando-a exclusivamente para objetivos, resultados e critérios que privilegiam o calculável e o rentável.

Neste contexto, o próprio indivíduo é levado a gerir a si mesmo como se fosse uma empresa, internalizando a lógica do mercado como princípio de sua própria existência.

A consequência mais perversa desse modelo é a erosão sistemática dos laços de solidariedade, a desagregação da ação coletiva e o profundo adoecimento. A lógica da competição individualizada se infiltra em todas as esferas possíveis, jogando o trabalhador a navegar sozinho em um mar de incertezas.

***João Rodrigo V. Martins** é doutorando em antropologia social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)